

# Magalhães: faltaram provas contra empreiteiras

BRASÍLIA — Apesar de ter ficado satisfeito com o resultado da CPI do Orçamento, o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) admitiu ontem que a comissão não conseguiu êxito completo. Ele entende que a CPI não teve competência nem tempo para conseguir comprovar o envolvimento das empreiteiras com parlamentares:

— Nós tivemos competência em muitas coisas. Mas não tivemos competência e tempo para provar que houve envolvimento entre as empreiteiras e os parlamentares. Nós até podemos desconfiar que exista mas não obtivemos as provas — lamentou.

O deputado acha que a abertura da CPI das empreiteiras poderá conseguir completar justamente o desdobramento dessas investigações:

— As listagens só dos documentos da Odebrecht não bastavam como prova. Por isso, nós mandamos os casos para a Mesa para que as investigações prossegam.

Magalhães considera que não há possibilidade de os parlamentares incriminados pela CPI recorrerem na Justiça, aproveitando alguma brecha no texto final:

— Eu não tenho receio da parte jurídica. Tive o cuidado de não enquadrar os parlamentares

por delito criminal. Eu escrevi inclusive que a questão do decoro parlamentar é muito elástica. Se eu tivesse enquadrado os parlamentares em delito criminal, poderia dar essa oportunidade a eles de recorrerem, mas o relatório não permite isso.

Magalhães reclamou das pessoas que fizeram críticas à CPI. Ele afirmou que os problemas que aconteceram com relação ao texto, relacionados aos deputados José Carlos Aleluia (PFL-BA) e Jesus Tajra (PFL-PI) serão apurados, mas ele crê num problema técnico do computador:

— Quem vê nisso possibilidade de acordo está agindo de má fé. Eu não sou homem de acordos. Sou muito ético. Tão ético que houve um erro no caso do deputado Jesus Tajra. No meu parecer, ele estava inocentado. Mas houve erro e ele foi indicado para a Mesa. O deputado me procurou, mas se eu mudasse o texto, diriam que estava fazendo acordo.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) também ficou satisfeito com o resultado obtido pela CPI do Orçamento. Mas ele entende que se o relatório da subcomissão de patrimônios tivesse sido concluído antes, as punições poderiam até ser maiores.